TRABALHO COMPLETO
FULL PAPER
XXVIII SEPE
Simpósio de Ensino, Pesquisa e Extensão
Teaching, Research and Extension Symposium
ISSN: 2316-9745
24 A 26 DE SETEMBRO DE 2024
SEPTEMBER 24th to 26th, 2024
UFN
https://doi.org/10.48195/sepe2024.28723

PERFIL DE DOENÇAS PREVALENTES ENTRE OS POVOS ORIGINÁRIOS: UMA REVISÃO DE LITERATURA

Natalia Alini Haubenthal[1]; Gisandra de Fátima Stangherlin[2]; Luiza de Camargo Lehr[3]; Joannie Silva Delpino[4]; Juliana Silveira Colomé[5]

RESUMO

As populações indígenas enfrentam desafios críticos em saúde devido à exclusão social e condições socioeconômicas adversas. O objetivo deste estudo é discutir o perfil de doenças prevalentes entre indígenas brasileiros. Utilizando uma revisão bibliográfica qualitativa e exploratória, foram selecionados artigos relevantes sobre saúde indígena publicados nos últimos dez anos. Os resultados indicam que doenças infecciosas, como tuberculose e hepatite B, são altamente prevalentes, agravadas por fatores como desnutrição e acesso limitado a cuidados de saúde. Além disso, há um aumento nas doenças crônicas, como hipertensão e diabetes, devido à transição alimentar e ao sedentarismo. O consumo de álcool também é destacado como um problema crescente, associado a conflitos sociais e aumento do suicídio. Conclui-se que é fundamental desenvolver políticas públicas sensíveis às especificidades culturais dos indígenas, visando promover a equidade e melhorar o acesso a serviços de saúde de qualidade.

Palavras-chave: Acesso à Saúde; Saúde Indígena; Vulnerabilidade Social; Patologia.

ABSTRACT

Indigenous populations face critical health challenges due to social exclusion and adverse socioeconomic conditions. The aim of this study is to analyze the profile of prevalent diseases among Brazilian indigenous peoples and the determinants of these

[1] Estudante do Curso de Medicina da Universidade Franciscana. Bolsista do Programa de Educação pelo Trabalho para a Saúde PET-Saúde Equidade da Universidade Franciscana - UFN. E-mail: n.haubenthal@ufn.edu.br
[2] Estudante do Curso de Medicina da Universidade Franciscana. Estudante voluntária do Programa de Educação pelo Trabalho para a Saúde PET-Saúde Equidade da Universidade Franciscana. – UFN. E-mail: gisandra.stangherlin@ufn.edu.br.
[3] Estudante do Curso de Enfermagem da Universidade Franciscana. Bolsista do Programa de Educação pelo Trabalho para a Saúde PET-Saúde Equidade da Universidade Franciscana. – UFN. E-mail: lehr.luiza@ufn.edu.br.
[4] Estudante do Curso de Enfermagem da Universidade Franciscana. Bolsista do Programa de Educação pelo Trabalho para a Saúde PET-Saúde Equidade da Universidade Franciscana. – UFN. E-mail: joannie.delpino@ufn.edu.br.
[5] Doutora em Enfermagem pela Universidade Federal do Rio Grande (FURG). Professora dos Cursos de Graduação, Mestrado em Ciências da Saúde e da Vida e do Programa de Pós-Graduação em Saúde Materno Infantil da Universidade Franciscana (UFN). Membro do Núcleo de Apoio à Extensão (NAEX). Diretora de Saúde Coletiva. Coordenadora de Grupo do PET-Saúde Equidade UFN/SMS. Vice-líder do Grupo de Estudos e Pesquisa em Empreendedorismo Social da Enfermagem e da Saúde (GEPESES /UFN). E-mail: juliana@ufn.edu.br

health inequities. Using a qualitative and exploratory literature review, relevant articles on indigenous health published in the last ten years were selected. The results indicate that infectious diseases, such as tuberculosis and hepatitis B, are highly prevalent, exacerbated by factors like malnutrition and limited access to healthcare. Additionally, there is an increase in chronic diseases, such as hypertension and diabetes, due to dietary transitions and sedentary lifestyles. Alcohol consumption is also highlighted as a growing problem, associated with social conflicts and increased suicide rates. It is concluded that it is essential to develop public policies that are sensitive to the cultural specificities of indigenous peoples, aiming to promote equity and improve access to quality healthcare services.

Keywords: Access to Health; Indigenous Health; Social Vulnerability; Pathology.

Eixo Temático: Atenção Integral e Promoção à Saúde (AIPS).

1. INTRODUÇÃO

A saúde indígena no Brasil é um tema complexo e multifacetado, envolvendo aspectos culturais, socioeconômicos e ambientais. A população indígena no Brasil enfrenta desafios específicos em relação ao acesso a serviços de saúde, qualidade do atendimento e preservação de práticas tradicionais de cuidado (De Souza, 2017).

Os povos indígenas equivalem a 5% da população mundial e a um terço das 900 milhões de pessoas que vivem em extrema pobreza no planeta. Por conseguinte, nas Américas, as minorias nativas vivenciam situações de exclusão, marginalidade e discriminação, que as colocam em situação de maior vulnerabilidade social e de saúde (Ribeiro; Rossi, 2020). Não distante, se observa que a população indígena no Brasil, composta por mais de 300 etnias diferentes, também enfrenta uma série de desafios relacionados à saúde, que são exacerbados por fatores sociais, econômicos e culturais (Cardoso *et al.*, 2015).

Estudos indicam que as doenças mais prevalentes entre os povos indígenas incluem doenças infecciosas, como tuberculose (TB) e hepatite, além de doenças crônicas não transmissíveis, como diabetes (DM) e hipertensão arterial sistêmica (HAS) (Borges; Silva; Koifman, 2020). A vulnerabilidade dessa população é acentuada pela dificuldade de acesso a serviços de saúde adequados e pela falta de políticas públicas efetivas que considerem suas especificidades culturais e sociais. Além disso,

diversas doenças, como a pneumonia, têm se mostrado alarmantes especialmente entre crianças menores de cinco anos, o que reflete ainda mais as significativas iniquidades em saúde em comparação com a população não indígena (Cardoso *et al*., 2015).

Outrossim, a desnutrição e as doenças relacionadas ao consumo de álcool e outras substâncias também se destacam como problemas significativos de saúde entre os indígenas (Lazzarini *et al.*, 2018). A intersecção entre esses fatores de risco e a realidade socioeconômica dos povos indígenas contribui para um quadro de saúde precário, que demanda atenção e intervenções direcionadas (Orellana *et al*., 2018).

Portanto, compreender o perfil de doenças mais prevalentes na população indígena e os determinantes que perpetuam as iniquidades em saúde é fundamental para o desenvolvimento de estratégias de saúde e políticas públicas que promovam a equidade, o bem-estar e o respeito pelas particularidades dessa população. Desse modo, foi desenvolvida uma revisão de literatura como uma das atividades iniciais de estudantes do Programa de Educação pelo Trabalho para a Saúde/ PET-Saúde Equidade da Universidade Franciscana, em parceria com a Secretaria de Município da Saúde de Santa Maria – Rio Grande do Sul. Assim, este trabalho tem como objetivo discutir o perfil de doenças prevalentes entre indígenas brasileiros.

2. METODOLOGIA

Trata-se de uma revisão bibliográfica de abordagem qualitativa do tipo exploratória e narrativa. Inicialmente, foram realizadas buscas por artigos acadêmicos nas bases de dados MEDLINE e LILACS. Como descritores foram utilizados “Saúde de Populações Indígenas”, “Cultura Indígena”, “Prevalência” e “Doença”. Consideraram-se elegíveis artigos publicados nos últimos dez anos, nas línguas portuguesa, espanhola e inglesa, com acesso livre ao texto completo e que abordavam os desafios em saúde prevalentes nos povos originários. Foram excluídos artigos cuja a temática central não fosse compatível com os objetivos desta revisão.

3. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Entre as doenças infecciosas mais prevalentes na população indígena está a hepatite B. Um estudo realizado na Amazônia destaca que as populações indígenas apresentam uma alta prevalência de infecção pelo vírus causador da doença. Entre as causas que predispõe a maior vulnerabilidade estão a falta de imunização em larga escala, acesso limitado aos cuidados em saúde e às desfavoráveis condições socioeconômicas. Além disso, o artigo ressalta que, pela falta de políticas públicas de educação em saúde, a transmissão vertical (de mãe para filho) tem aumentado a prevalência, uma vez que as mães desconhecem do potencial infeccioso da doença. Nesse sentido, os autores abordam a importância de estratégias de prevenção, controle, vacinação e o monitoramento contínuo a fim de reduzir a propagação das infecções (Pimenta *et al.*, 2021).

Ademais, outra doença infeciosa prevalente entre os povos originários é a TB. Em uma análise a tendência da TB na população indígena, verificou-se a incidência significativamente mais alta em comparação com populações não indígenas no período de 2011 a 2017. Durante o período estudado a incidência da TB em algumas regiões permaneceu constante e, em outras, aumentou. Entre os fatores responsáveis pelo achado estão as condições socioeconômicas desfavoráveis e precárias com casos de desnutrição, domicílios com aglomeração de pessoas, acesso limitado aos serviços de saúde. Soma-se a isso, barreiras culturais e geográficas que prejudicam a detecção e tratamento adequado à TB (Ferreira *et al.*, 2020).

Por conseguinte, a revisão sistemática com meta-análise realizada por Souza e colaboradores (2015) aborda a prevalência de HAS entre a população indígena no Brasil, destacando que a doença tem se tornado uma preocupação crescente entre os povos indígenas. A HAS é considera um importante indicador de saúde e a prevalência entre os grupos étnicos varia significativamente. Os autores destacam que fatores como mudança de hábitos alimentares, sedentarismo e acesso limitado a serviços de saúde podem estar contribuindo para esse contexto. Desse modo, se mostra evidente a mudança do perfil de saúde dos povos originários, além da necessidade de intervenções específicas e políticas em saúde que fitem as particularidades culturais e sociais de cada comunidade indígena.

Ainda no que se refere a doenças crônicas não transmissíveis, a literatura também traz um aumento nos casos de DM na população indígena. Um estudo realizado entre mulheres indígenas no Mato Grosso do Sul concluiu que a prevalência de DM nessa população é significativa. Segundo os autores, esse aumento pode ser atribuído a vários fatores interrelacionados, entre eles a transição nutricional com maior ingestão de alimentos industrializados e processados, caracterizando uma mudança nos hábitos alimentares que afeta negativamente a saúde metabólica. Outro fator importante, seria a diminuição da atividade física correlacionada com a alteração das condições de trabalho, refletindo no sedentarismo. Somando-se esses fatores ao acesso limitado aos serviços de saúde, a falta de programas de prevenção, a baixa escolaridade, a ausência de amplas vantagens econômicas e a desigualdade social, os povos originários se tornam mais vulneráveis ao desenvolvimento e ao não tratamento de doenças crônicas (Freitas; Souza; Lima, 2016).

No que se refere às crianças, a pneumonia é uma das principais causas de morbidade e mortalidade entre o público infantil indígena. A prevalência é significativamente alta em comparação com outras crianças não indígenas. Entre as possíveis causas então propagação de infecções respiratória propiciadas pelas condições inadequadas de habitação e saneamento; acesso limitado aos serviços de saúde que resulta em diagnósticos tardios e tratamentos inadequados; e desnutrição, especialmente prevalente em crianças indígenas pela insegurança alimentar promovida pela perda de recursos naturais, e pela mudança de hábitos alimentares. Assim, somado às condições socioeconômicas precárias, há um agravo e maior vulnerabilidade que prejudicam a recuperação (Cardoso *et al.*, 2015).

Não obstante, se observa um aumento no consumo de álcool nas comunidades indígenas. Esse panorama é especialmente verificado em áreas que passaram por processos de urbanização e maior presença de não indígenas. A presença desse hábito pode afetar adversamente as relações familiares e comunitárias, prejudicando aquilo que é considerado como um dos pilares das culturas originárias e promovendo conflitos e dificuldade de gerenciamento destes. Aliado a isso, o etilismo está fortemente associado ao aumento das taxas de suicídio entre os indígenas, uma vez que o hábito é considerado como fator de risco (Lazzarini *et al.*, 2018).

Além disso, durante a pandemia da COVID-19 destacou-se a vulnerabilidade em saúde dos povos originários frente a doença. Diversas comunidades, exibindo uma problemática de longa data, encontraram dificuldades de acesso aos serviços de saúde com falta de profissionais e recursos para enfrentar a pandemia. Nesse contexto, a presença de doenças crônicas não tratadas adequadamente contribuiu para o aumento da taxa de mortalidade. O isolamento social, embora necessário para a contenção do vírus, também impactou a capacidade das comunidades indígenas em adquirir seu sustento, dado que muitas dependem de atividades coletivas para sua subsistência (Ribeiro; Rossi, 2020).

4. CONCLUSÃO

Dessa forma, a saúde indígena no Brasil é marcada por desafios profundos que refletem tanto a marginalização histórica quanto as desigualdades sociais enfrentadas por essa população. Se observa uma transição significativa no perfil de saúde dessa população pelo aumento das doenças crônicas e infecciosas, como hepatite B, TB, HAS e DM, que antes eram menos prevalentes. Além disso, questões como desnutrição, uso de álcool e a alta mortalidade infantil por pneumonia são problemas que demandam intervenções urgentes e adaptadas às realidades locais. A pandemia da COVID-19 destacou ainda mais a vulnerabilidade dessa população, mostrando a insuficiência de recursos e serviços de saúde, o que levou a consequências graves para muitas comunidades. Nesse sentido, a urbanização é identificada como um crucial fator de risco, uma vez que desencadeou mudanças no estilo e hábitos de vida que outrora não existiam.

É necessário reconhecer que as populações indígenas demandam ações em saúde específicas, com infraestrutura, suporte educacional, promovendo acesso equitativo e de qualidade. Nesse interim, as intervenções de saúde devem ser sensíveis e integrativas ao respeitar e considerar as práticas culturais e os modos de vida dos povos originários. Portanto, é uníssono entre os autores que as estratégias de saúde sejam desenvolvidas com uma compreensão profunda dos determinantes sociais e culturais que afetam a saúde indígena. A promoção da equidade em saúde para os povos indígenas exige não apenas um fortalecimento das políticas públicas,

mas também o respeito e a valorização das práticas tradicionais de cuidado, garantindo um atendimento que seja culturalmente sensível e socialmente justo.

REFERÊNCIAS

BORGES, Maria Fernanda de Sousa Oliveira; SILVA, Ilce Ferreira da; KOIFMAN, Rosalina. Histórico social, demográfico e de saúde dos povos indígenas do estado do Acre, Brasil. **Ciencia & saude coletiva**, v. 25, p. 2237-2246, 2020.

CARDOSO, Andrey M. *et al.* Prevalence of pneumonia and associated factors among indigenous children in Brazil: results from the First National Survey of Indigenous People's Health and Nutrition. **International Health**, v. 7, n. 6, p. 412-419, 2015.

DE SOUZA, Tony José. Processo saúde-doença em indígenas: reflexões sobre a ocorrência de tuberculose no Brasil. **Connection Line – Revista Eletrônica do Univag,** n. 17, 2017.

FERREIRA, Thaís Furtado *et al.* Tendência da tuberculose em indígenas no Brasil no período de 2011-2017. **Ciência & Saúde Coletiva,** v. 25, n. 10, p. 3745-3752, 2020.

FREITAS, Glênio Alves de; SOUZA, Maria Cristina Corrêa de; LIMA, Rosangela da Costa. Prevalência de diabetes mellitus e fatores associados em mulheres indígenas do Município de Dourados, Mato Grosso do Sul, Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 32, p. e00023915, 2016.

LAZZARINI, Thomas Adriano *et al*. Suicide in Brazilian indigenous communities: clustering of cases in children and adolescents by household. **Revista de saúde publica**, v. 52, p. 56, 2018.

ORELLANA, Jesem Douglas Yamall; SOUZA, Cynthia Costa de; SOUZA, Maximiliano Loiola Ponte de. Hidden suicides of the indigenous people of the Brazilian Amazon: gender, alcohol and familial clustering. **Revista colombiana de psiquiatria,** v. 48, n. 3, p. 133-139, 2019.

PIMENTA, Raissa de Sousa Marinho *et al.* Hepatite B na Amazônia: revisão integrativa. **Revista Eletrônica Acervo Saúde**, v. 13, n. 2, p. e6203-e6203, 2021.

RIBEIRO, Aridiane Alves; ROSSI, Lídia Aparecida. Covid-19 pandemic and the motivations for demanding health service in indigenous villages. **Revista Brasileira de Enfermagem,** v. 73, n. suppl 2, p. e20200312, 2020.

SOUZA FILHO, Zilmar Augusto de *et al.* Prevalência de hipertensão arterial em indígenas do Brasil: uma revisão sistemática com meta-análise. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, v. 49, p. 1012-1022, 2015.